



REVISTA TERCEIRO INCLUÍDO

ISSN 2237-079X

Transdisciplinaridade e Temas Contemporâneos

V. 09 - 2019

SOUZA SILVA, David Júnior de

Turismo Como Ação Social E Como Relação Social: Uma Sociologia Da Atividade Turística A Partir De Moçambique

pp. 175-184

DOI 10.5216/teri.v9i1.54345

TURISMO COMO AÇÃO SOCIAL E COMO RELAÇÃO SOCIAL: UMA SOCIOLOGIA DA ATIVIDADE TURÍSTICA À PARTIR DE MOÇAMBIQUE

TOURISM AS A SOCIAL ACTION AND AS A SOCIAL RELATION: A SOCIOLOGY OF TOURISM ACTIVITY FROM MOZAMBIQUE

TURISMO COMO ACCIÓN SOCIAL Y COMO RELACIÓN SOCIAL: UNA SOCIOLOGIA DE LA ACTIVIDAD TURÍSTICA DESDE MOZAMBIQUE

David Júnior de SOUZA SILVA

Resumo

Este artigo busca refletir sobre a natureza da ação social do turismo e da relação social criada nesta ação; nos elementos sociais nos quais se assenta, os quais são sua condição, lhe dão condição de possibilidade, e aqueles que reproduz, e cria e institui. A análise aborda o turismo sobre o prisma da percepção ambiental, das correlações de força entre diferentes territórios e da colonialidade. Baseia-se em observações realizadas em trabalho de campo em Moçambique, entre os dias 24 de Setembro e 9 de Outubro de 201, no qual foram visitadas as cidades de Maputo, Inhambane, Ilha de Moçambique e Nampula, buscando identificar as atividades turísticas desenvolvidas nestas regiões e as interações sociais resultantes. O texto assim aborda as dinâmicas de acumulação do capital engajadas pelo turismo e seus efeitos sobre a produção da sociedade, das subjetividades e da cultura. Ao final, discute os dilemas presentes nas tentativas de resolução dos conflitos e contradições do turismo. Conclui que o turismo, como ação social específica da sociedade capitalista, é uma ação e uma relação social eminentemente desigual, que se assenta na desigualdade entre sujeitos e territórios e reproduz essa desigualdade.

Palavras-chave: percepção ambiental; colonialidade; correlação de forças; acumulação capitalista; produção da sociedade.

Abstract

This article seeks to reflect on the nature of the social action of tourism and the social relation created in this action; in the social elements on which it is based, which are its condition, give it condition of possibility, and those it reproduces, and creates and institutes. The analysis approaches tourism on the prism of environmental perception, the correlations of strength between different territories and coloniality. It is based on observations made in field work in Mozambique, between September 24 and October 9, 201, in which the cities of Maputo, Inhambane, Ilha de Moçambique and Nampula were visited, seeking to identify the tourist activities developed in these regions and the resulting social interactions. The text thus addresses the dynamics of capital accumulation engaged by tourism and its effects on the production of society, subjectivities and culture. In the end, it discusses the dilemmas present in attempts to resolve the conflicts and contradictions of tourism. It concludes that tourism, as a specific social action of capitalist society, is an action and an eminently unequal social relation, which is based on the inequality between subjects and territories and reproduces this inequality.

Keywords: environmental perception; coloniality; correlation of forces; capitalist accumulation; production of society.

Resúmen

Este artículo busca reflexionar sobre la naturaleza de la acción social del turismo y de la relación social creada en esta acción; en los elementos sociales en los que se asienta, los cuales son su condición, le dan condición de posibilidad, y aquellos que reproduce, y crea e instituye. El análisis aborda el turismo sobre el prisma de la percepción ambiental, de las correlaciones de fuerza entre diferentes territorios y de la colonialidad. Se basan en observaciones realizadas en trabajo de campo en Mozambique, entre los días 24 de septiembre y 9 de octubre de 201, en el cual se visitaron las ciudades de Maputo, Inhambane, Isla de Mozambique y Nampula, buscando identificar las actividades turísticas desarrolladas en estas ciudades las regiones y las interacciones sociales resultantes. El texto así aborda las dinámicas de acumulación del capital comprometidas por el turismo y sus efectos sobre la producción de la sociedad, de las subjetividades y de la cultura. Al final, discute los dilemas presentes en los intentos de resolución de los conflictos y contradicciones del turismo. Concluye que el turismo, como acción social específica de la sociedad capitalista, es una acción y una relación social eminentemente desigual, que se asienta en la desigualdad entre sujetos y territorios y reproduce esa desigualdad.

Palabras clave: percepción ambiental; el colonialismo; correlación de fuerzas; acumulación capitalista; producción de la sociedad.

INTRODUÇÃO

Este ensaio surgiu a partir dos debates realizados no Iº Encontro de Pesquisas Críticas Sobre Turismo, realizado na Universidade Pedagógica, em Nampula, Moçambique, no início de Outubro de 2017. Baseia-se em observações realizadas em trabalho de campo em Moçambique, entre os dias 24 de Setembro e 9 de Outubro de 201, no qual foram visitadas as cidades de Maputo, Inhambane, Ilha de Moçambique e Nampula, buscando identificar as atividades turísticas desenvolvidas nestas regiões e as interações sociais resultantes. Contém elementos empíricos extraídos de algumas dinâmicas turísticas observadas em trabalho de campo em diferentes regiões de Moçambique, além de outros exemplos empíricos trazidos ao texto para efeito ilustrativo.

Seu corpo resume a proposição de um conjunto de ideias iniciais para o delineamento sociológico do turismo, primeiro, como ação social, segundo, como relação social. E dedica uma seção à comparação sociológica do turismo nos países centrais e nas regiões coloniais, como possibilidade de se chegar aos macrocondicionantes históricos e geográficos do turismo como fenômeno social, passo necessário para se chegar a seu fundamento estrutural.

Não se trata nem de reflexão teórica sistemática, nem de trabalho de campo realizado sistematicamente; apenas da proposição de alguns elementos iniciais para sua compreensão sociogeográfica.

TURISMO, SUA ESPECIFICIDADE E CONDICIONANTES EXTERNOS

Não se fará aqui uma definição empírica nem descritiva do turismo. Nem se traçará sua história, nem uma revisão bibliográfica. Será feita aqui uma reflexão conceitual, parcialmente sociológica, parcialmente geográfica, do turismo como atividade econômica e como ação social.

Conforme o professor Xose Santos, o turismo é uma atividade social e econômica específica da sociedade capitalista. É a indústria legal mais importante do século XXI – perde para as ilegais, tráfico de drogas e prostituição –, e a que mais cresce, crescendo inclusive nos períodos de crise.

Em termos de sua especificidade, o turismo, inicialmente, tem como uma de suas dimensões ser uma experiência social de exceção; turismo é excepcionalidade, como o papel social desempenhado pelo carnaval e pelos festivais; como outra, o ato de consumo do território e do lugar.

Em termos de seus condicionantes sociais e estruturais, o turismo é dependente da colonialidade, da desigualdade entre os sujeitos. Alimenta-se da pobreza. Esta, e a desigualdade econômica em geral, é condição para o turismo como ação social e atividade econômica, que a reproduz e amplia.

Em termos de seus condicionantes geográficos, existe um diferente interesse nos e uma diferente receptividades dos territórios e lugares para o turismo; a isto chamaremos turisticidade dos lugares e territórios.

A turisticidade de um local é feita do quanto de fruição se retira, com maior segurança e menor preço – contendo ou não o elemento ‘exótico’, com a maior receptividade e qualidade de serviços – formais ou informais – prestados pelos trabalhadores do turismo da comunidade local e por

esta em geral e em sua totalidade. Argumento inclusive que o turista não distingue os trabalhadores do turismo da comunidade da própria comunidade.

A percepção ambiental desagradável inviabiliza o turismo como ação social e atividade econômica.

Da turisticidade faz parte a divisão internacional do valor turístico dos lugares. Aceita-se pagar um valor por um serviço na Europa que não aceita-se pagar no Brasil ou em Moçambique, por exemplo. Pechincha-se e pede-se desconto com os trabalhadores do comércio em Moçambique de uma forma que nunca se faria nos Estados Unidos.

A divisão internacional do valor turístico dos lugares é a condição de possibilidade e legitimação do valor – no sentido econômico –, que será a base da estipulação do preço dos produtos. Nesta atividade econômica, o valor não é estipulado pelo conteúdo de trabalho abstrato condensado ali, mas do valor turístico atribuído socialmente aquele lugar.

Para compreendermos um pouco da gradação da turisticidade dos lugares, além de se ter em consideração a desigualdade econômica entre países, com o consequente prestígio maior que recebem os países centrais em comparação aos coloniais, é importante ater-se às reflexões desenvolvidas no campo da percepção ambiental.

PERCEPÇÃO AMBIENTAL E TURISMO

O turista vai aos lugares em que sua percepção ambiental é agradável. Este é um lugar comum. O que este ensaio quer acrescentar é que é fundamental ter em mente que as pessoas residentes no lugar fazem parte deste ambiente ou paisagem, e estão e estarão inevitavelmente incluídas na percepção ambiental que terão sobre este lugar.

Isso é verdadeiro para todos os lugares, porém a apreciação ambiental varia segundo o local visitado: por exemplo, para os países colonizadores, se aplica no fato de os residentes serem vistos como educados, inteligentes, cultos, limpos; para as regiões coloniais, os residentes são vistos como alegres e receptivos (o que no fundo significa subserviência e subordinação) e exóticos – falando-se apenas de elementos que implicam percepções positivas; percepções negativas como lugares violentos e perigosos implicam turisticidade, possibilidade e desejo de turismo, baixa ou mesmo zero.

Do citado no parágrafo anterior, somente um elemento demanda maiores elucidações. A percepção ambiental sobre os moradores das regiões que coloniais: sua popularmente conhecida ‘alegria’.

A subordinação dos moradores locais, lida como ‘educação’ ou ‘subserviência’, é constitutiva do turismo nas regiões coloniais. Não se faz turismo nas regiões coloniais onde os turistas não são bem-vindos, não serão tratados com excepcionalidade ou ainda serão ameaçados em sua integridade. Nas regiões colonizadoras, se faz turismo com muito respeito pela comunidade local e por cada um de seus moradores.

Entre os atrativos turísticos de Brasil e Moçambique, por exemplo, fala-se da “alegria de seu povo”.

Questiona-se aqui em que medida esta alegria não é reproduzida impositivamente pelo turismo como relação social e econômica (mesmo não tendo sido produzida, historicamente, por esta mesma ação social). Um efeito sobre a comunidade - em geral, não apenas sobre os trabalhadores do ramo - do turismo como atividade econômica e relação social. Pergunta-se aqui então em que medida essa alegria, como fato cultural da localidade em questão, não é um "serviço" prestado ao turista, gratuitamente, não somente pelos trabalhadores do ramo, mas pela globalidade da comunidade local.

A animação turística e o entretenimento turísticos são serviços turísticos profissionais pagos, e que em sua 'alegria' a comunidade presta gratuitamente ao turista. Em outras regiões, localizadas na parte superior da divisão internacional do trabalho, a população local não se dispõe a entreter o turista.

Ou seja, a alegria do povo como marketing e como serviço é mais-valia extraída pelo turista. É um dos elementos que constituem o turismo nas regiões coloniais e contribuem para produzir a sociedade local.

TURISMO E CORRELAÇÕES DE FORÇA ENTRE TERRITÓRIOS

O turismo, como ação social singular, objetifica a paisagem e os sujeitos sociais locais. Nessa desumanização está um elemento de violência.

Uma confirmação de seu caráter violento, tal como tem se realizado no capitalismo contemporâneo, está em que a reação mais enérgica a ele, expressa na chamada turismofobia, surge em países em que a colonialidade é menos presente ou totalmente ausente, em cuja noção de pessoa e cidadania é mais solidamente constituída, portanto existe uma atmosfera moral mais sensível e muito menos tolerante à violência simbólica e material atualizada pelo turismo.

Para esta objetificação própria do turismo ocorrer é preciso haver a desigualdade entre o turista e o morador local, ou entre seus territórios. Quando a desigualdade favorece o morador local em relação ao turista, as regras do turismo são outras. Trata-se então de uma ação social distinta conforme o desequilíbrio de poder e as relações de força em jogo - e marcadamente violenta.

A seção a seguir tratará especificamente das condições do turismo em regiões coloniais.

COLONIALIDADE E TURISMO

Sobre a relação turista-morador local. Nas regiões coloniais, turismo sem exploração sobre o sujeito local não existe. O turista como sujeito social (e o turismo como ação social) se realiza na exploração do sujeito local (exploração definida e limitada contratualmente, num extremo, violenta e abusiva, no outro, com todas as matizes intermediárias a esses extremos). Confirmam também esta afirmação a inadmissibilidade, o absurdo da exploração inversa - nas regiões coloniais - do turista pelo local.

Sobre a relação turista-território. Nas relações desiguais contemporâneas entre sujeitos e sujeitos, territórios e territórios, o turismo como atividade econômica tende a subordinar o território alvo do turismo, fragilizando o controle do território pela comunidade por aqueles que têm os capitais - especialmente o econômico e o de origem - que permitem circular naquele território. Remoções de comunidades originalmente ocupantes dos espaços, destruindo totalmente seu território, comprovam isso.

A figura social do turista não é democrática: não pode ser encarnada por diferentes sujeitos indistintamente. Não são todos que podem ocupar a posição do turismo nem desempenhar sua performance. Esta posição tem cor e classe social. Sujeitos determinados. Performance determinada. Com diferentes graus de adequação ao papel.

SIGNIFICADO DO TURISMO PARA O TERRITÓRIO EM REGIÕES COLONIAIS

Turismo é furar o território. É violência ao território, sacralizada pelo dinheiro. É salvo-conduto para entrar no território do outro, romper-lhe a autonomia, roubar ou ignorar o controle - que o conceito de território implica - da população residente sobre o local. Quando o turista não pode fazer o que bem entende na comunidade/território que visita, sua percepção deste ambiente é desagradável, a turisticidade deste local decai, o que inviabiliza o turismo como atividade econômica naquele lugar.

Se a comunidade local coloca muitas regras limitando o turista, sua percepção também lhe será desagradável, constituindo outro entrave ao turismo.

O turismo como ação social que fura o controle do território é tolerado pela comunidade local numa gradação ou variação medida por relações de poder, e segundo a apreciação relativa da quantidade de dinheiro que o turista deixa no território. Em alguns países de fala inglesa, hostiliza-se o latino que não fala inglês com pronúncia perfeita, que guarda algo de seu sotaque original; mas aprecia-se o falante nativo francês ou alemão que fala inglês com algo de seu sotaque nativo.

A permissão de entrada no território - e 'furo' deste - não é medida só em dinheiro; é capital simbólico. O respeito dado ao turista é diferenciado, segundo a posse de capitais dos sujeitos, e pode ser diferenciado na relação turística, consumidor-locais.

TURISMO E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Nesta seção falarei brevemente sobre algumas formas da exploração econômica no contexto do turismo.

Como atividade econômica o turismo se realiza entre empresas. O consumidor é estrangeiro, por definição; a empresa prestadora de serviço também frequentemente é estrangeira, mas tem de se estabelecer no local da atividade. No local, as empresas promovem a desterritorialização das comunidades - as remoções de comunidades que são muito frequentes -, e exploram os sujeitos locais como trabalhadores.

Exemplo de acumulação originária, em Inhambane, praias de uso consuetudinário há séculos, com o início da atividade turística, foram fechadas ao acesso pela população local, sendo permitido-o somente ao turista. Nestas remoções, o turismo realiza a um só tempo processos de acumulação originária do capital, realiza a proletarização dos sujeitos, cria exército industrial de reserva.

A exploração do trabalho se dá nos âmbitos formal e informal.

Os salários que se pagam aos funcionários neste setor são baixíssimos. E assim têm de ser por definição. Aumentar seus salários significa encarecer a atividade, o que impacta negativamente a percepção ambiental do potencial visitante e inviabiliza o turismo como atividade. O encarecimento

da atividade não é possibilidade disponível para as regiões coloniais; via de regra tem de ser um salário baixo, sob pena de inviabilizar e extinguir a atividade – uma vez que alto valor nessa esfera está associado a um refinamento e distinção que não se reconhece nas regiões coloniais. O trabalho, neste setor, nas regiões coloniais, é, via de regra, precarizado – excetuando-se os cargos de mando, evidentemente.

Os sujeitos não incluídos nos postos de trabalho formais, tentam se inserir nas relações de troca da atividade, como trabalho informal ainda mais precarizado. Além da questão econômica, a informalidade do trabalho, é urgente falar da subjetividade destas pessoas: são sujeitos com uma constituição de pessoa ainda menos portadora de direitos, ainda mais sujeita à violência (moral, econômica, física, sexual).

Na seção seguinte, discutirei o papel desempenhado pelo turismo, como ação social senão violenta, impositiva, na formação das subjetividades, identidades sociais e culturas locais.

TURISMO E PRODUÇÃO DA SOCIEDADE

A constituição de subjetividades locais como subordinadas, subservientes, não-cidadãs, ao turista, é outra imposição do turismo como ação e como relação social.

O impacto da produção da sociedade pelo turismo é geralmente ignorado. Este é vetor decisivo, possivelmente de primeira instância, na constituição das subjetividades nas regiões coloniais onde incide – tanto mais quanto maior for o desequilíbrio de poder. Um sujeito novo é criado pelo turismo, pelo turista como impositor de um poder contra o qual o sujeito local não tem como argumentar, somente se adequar.

Na ilha de Moçambique, as crianças aprendem muito cedo a se comunicar em três ou quatro línguas para pedir esmolas ao turista. As mesmas crianças seguem os turistas por quase todos os caminhos da ilha conversando com eles na esperança de conseguirem algo.

A subjetividade é privada da possibilidade de constituir-se autonomamente ou por si mesma, seguindo suas próprias diretrizes culturais; acaba por constituir-se voltada para o turismo, tendo por principal referência e convergência o turismo.

Sunday on a happy island Aruba lets all keep pretending really long work weeks, shitty paying jobs, abusive bosses, violent homophobia, misogyny prioritizing our tourist fetish over everything else, elevating, emulating and worshipping rich people are things that are immensely great. (Um morador de Aruba, em sua página no Facebook)²

Sobre a ação do turismo sobre as culturas locais. O exemplo anterior nos remete para outro dado da produção social desempenhada pelo turismo: a perda cultural dos povos locais; especialmente as línguas: abandonam ou secundarizam a local, aprendem as hoje hegemônicas: inglês, francês, chinês.

² Reproduzido aqui com autorização do autor.

DILEMA

Nesta seção discutirei os dilemas para superação dos conflitos e contradições presentes na relação social turística.

O primeiro dilema é sobre as possibilidades emancipatórias do turismo.

Em relação à tese de que o turismo pode ser via para emancipação dos trabalhadores, e para tanto, necessita a organização destes, contra a exploração de seu trabalho e depredação de seu território. Todavia, o turismo, tal como argumentado neste texto, por constituição, requer a exploração.

À medida que o trabalhador do turismo requer emancipação ou dignidade, o turismo neste local se torna mais caro, daí inviável ou menos apreciado. A luta por reconhecimento moral ou material pelos trabalhadores torna o turismo inviável como ação social e atividade econômica – nas regiões coloniais, evidentemente.

O segundo dilema é a incompatibilidade, nas condições da sociedade de classes, entre a turisticidade de um local e a cidadania da comunidade local.

O turismo tem como condição de possibilidade uma percepção ambiental agradável para o turista. Isto inclui uma comunidade visitada receptiva, simpática e subserviente ao turista; se a comunidade requer níveis equitativos de respeito e cessação da violência (simbólica e material), a percepção do turista sobre a turisticidade do local diminui.

A contradição entre turismo e dignidade humana se expressa no questionamento de como emancipar, viabilizar respeito, parar a exploração e a injustiça ambiental e manter o turismo como atividade social interessante e economicamente viável para os dois lados, considerando a civilização capitalista, e sua economia característica, a ausência do desejo de respeitar e a presença do desejo de explorar.

O terceiro dilema refere-se à educação possibilidade de diminuição das contradições do turismo.

O professor Agustin Avila Romero aponta como parte da solução educar o turista. Contra a conduta comum do turista de chegar em um lugar agir com desrespeito, educa-los para formar outros tipos de turistas, que respeitem as pessoas, a cultura e a natureza local.

Como a dinâmica real do turismo como relação social é condicionada por uma relação de força, a disparidade econômica-material entre turista e local, nos quadros deste trabalho duvida-se da possibilidade de esta dinâmica violenta ser resolvida com mudanças exclusivamente na esfera simbólica, especialmente na sociedade capitalista, onde elementos simbólicos como colonialidade e desejo de explorar e subordinar são estruturados e mantidos por uma forte estrutura material profunda.

Para o professor Eguimar Chaveiro, um dos elementos para a emancipação dos sujeitos subalternizados no turismo é as comunidades locais desenvolverem consciência sobre os processos que lhes acometem.

RESISTÊNCIA

Existe uma força por assim descolonizadora em pequenos atos de resistência cotidiana manifestos pelas comunidades objeto do turismo. A recusa a sorrir gratuitamente ao turista, quando este sorriso é provocado pela relação turística como ato de submissão e serviço de entretenimento do turista ou para sua fruição estética. A proibição ao turista de tirar fotos dos sujeitos da comunidade local, ou de lhes tirar essas fotos gratuitamente (sem reciprocidade moral nem material), é um desses atos de resistência que questionem concretamente a relação colonial – ou se se preferir, a relação desigual na qual se assenta o turismo e que este reproduz.

Um dos pequenos atos do turismo é fotografar a paisagem. Por vezes isto inclui fotografar as pessoas do lugar, suas vestimentas, sua estética, seu modo de vida, tratando-as como ‘exóticas’ ou como parte da paisagem. O turista as fotografa e vai embora, deixando-as com um sentimento de violência e de ser objeto, sem voz. A sequer ausência de consulta a estas pessoas se desejam ou se permitem serem fotografadas institui, na ação social do turismo, a objetificação da comunidade alvo do turismo, em outras palavras, institui sua desumanização – leia-se, violência.

Expressões ditas pelos moradores locais de Moçambique diante de turistas, que fotografam suas mercadorias expostas em feiras ou mercados populares, como “não é para fotografar, é para comprar” enfatizando que há um roubo no ato de fotografar sem contrapartida e exigindo reconhecimento – que seria dado pelo turista quando compra, leia-se: demonstra o devido respeito pelo morador local, e pelo trabalho do morador local, quando compra sua mercadoria; e atos como o da moradora que, exigindo receber contrapartida material pela foto de sua pessoa tirada pelo turista, não aceita sua desculpa de que não tem dinheiro trocado naquele momento, segue-o por trinta minutos ao longo da feira até que ele lhe pague; do mesmo modo, o motorista de chopela que ameaça processar o turista que tira foto de sua chopela sem pedir autorização; revelam uma luta por reconhecimento existente na relação turística, uma guerra contra a colonialidade e uma tentativa de impor relações de força equitativas.

A proibição da comunidade visitada de se tirar fotografias de seu modo de vida e das pessoas, ou a cobrança de dinheiro ao turista pela fotografia tirada são atos que indicam a este e exigem algum tipo de reconhecimento nesta relação social, e são ações de resistência elaboradas pela consciência possível das pessoas que vivem esta situação.

São ações de luta por reconhecimento na medida em que significam a não aceitação a serem tratados como objetos, como parte da paisagem.

É um truísmo que na sociedade capitalista os trabalhadores sejam explorados. Na relação social do turismo, que também é uma relação econômica, portanto também uma relação patrão-empregado, na qual há exploração da mais-valia, há sempre também exploração desses trabalhadores. A ação social turismo, como ação específica da sociedade capitalista, baseia-se na exploração do trabalhador e atualiza a cada vez esta exploração.

Os trabalhadores da atividade econômica do turismo tentam por vezes subverter esta exploração e ‘explorar’ de volta os consumidores do turismo, tentando cobrar preços mais altos do que o instituído, formal ou informalmente, naquela localidade turística. Importa frisar que esses atos são fortuitos e raramente têm sucesso.

O que importa neste momento da análise é que quando os trabalhadores tentam ‘explorar de volta’ os turistas – na falta de melhor expressão –, ou subverter ou desequilibrar um pouquinho essa relação de exploração, os turistas se ofendem, evidenciando um conteúdo moral aí presente, dentro do qual o turista pode explorar, porém não ser explorado. Uma dupla noção de humanidade ou de pessoa é condição pois da relação turística e atualizada por ela.

No momento da ofensa moral experimentada pelos turistas está revelada a desigualdade – constitutiva da relação turística – não apenas social/econômica entre os sujeitos postos em relação nesta atividade, mas também na constituição das noções de pessoa em jogo: são sujeitos diferentes e desiguais em que um tem o direito moral de explorar o outro, e o outro a obrigação moral de se submeter e ser explorado. A relação colonial, em sentido lato, oposta à cidadania, se confirma. A exploração inversa não tem sequer lugar na esfera moral da relação turística; tanto que ela é sentida como absurda quando acontece.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo é a principal atividade econômica deste início de terceiro milênio. Por mais que, no contexto do capitalismo contemporâneo, o turismo cresça dentro do crescente setor de serviços, e esteja sujeito por isso às sobredeterminações próprias desse setor na também específica dinâmica capitalista contemporânea, segue como continuidade de uma relação colonial (leia-se: não-cidadã).

Sua nova forma fenomênica, sua evolução quantitativa, não contradizem sua essência marcante de exploração dos sujeitos locais – ninguém faz turismo num local vazio, somente onde se tem serviços e pessoas para operar esses serviços, serviços –, de ruptura do território ou do controle do território pelas comunidades locais – ruptura mais sutil ou mais brusca, mas sempre existente, porque constitutiva desta ação social que se chama turismo; sem esta ruptura, qualquer ação semelhante não se enquadra na esfera do turismo –; sua evolução qualitativa não implicou até agora nenhuma alteração qualitativa.

O turismo em suma reflete, tem como precondição e reproduz, as desigualdades de poder entre os diferentes sujeitos, territórios e países que intercambiam na atividade econômica.

Está fora dos limites deste trabalho poder falar em emancipação e autonomia nas relações turísticas; nos limitamos aqui ousar falar sobre cidadania. O turista se realiza na exploração do território visitado e do morador local. Uma perspectiva crítica sobre turismo deve ser balizada na reciprocidade material entre turista e morador local ou no desequilíbrio inverso – tal como se observa na prática de turismo nos países do norte –, em favor do morador local, no qual o turista demonstre, no campo moral ou das significações, respeito pela comunidade local, e no campo material, enriqueça ao invés de empobrecer a sociedade local.

Dentro da argumentação desenvolvida neste texto, o turismo como mediação anticapitalista, potencialmente emancipatória dos sujeitos subalternos pelo mundo, conduz à extinção do próprio turismo.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Helsio Amiro Motany de Albuquerque. A segurança em territórios turísticos: o caso do município de Inhambane em Moçambique. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Goiás. 2014. 271 f.
- CHAVEIRO, Eguimar Felício. O turismo na periferia do capitalismo: o sequestro da paisagem. 2018. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). I Coloquio Cuba-Brasil: Territorio, Desarrollo, Sujetos y Lenguage. 2018. Universidad de Gramna, Bayamo, Cuba.
- MILAGRES, V. R. ; SOUZA, L. B. . Ensaio sobre a paisagem e o turismo: uma viagem além das disciplinas. Geografia (Londrina), v. 21, p. 37-63, 2012.
- ; ----- . Observando a comunidade local sobre o envolvimento com o turismo: uma abordagem perceptiva sobre as paisagens do Distrito Taquaruçu, Palmas-TO, Brasil. Estudios y Perspectivas en Turismo (En Línea), v. 21, p. 1609-1629, 2012
- SOUZA, L. B.; CHAVEIRO, E. F. ; MACARINGUE, E. J. . Por uma epistemologia crítica do turismo: uma viagem na contramão. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra). I Encontro Internacional de Pesquisas Críticas sobre Turismo. Universidade Pedagógica, Nampula, Moçambique.
- SOUZA, Lucas Barbosa; SILVA, David Junior de Souza. Percepção ambiental e turismo. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).